

A QUESTÃO SOCIAL E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS: O QUE A ACADEMIA PODE ENTREGAR À SOCIEDADE?

Jairo de Carvalho Guimarães ¹

Resumo

O estudo objetiva ampliar as discussões sobre o papel que a academia desempenha na produção de conhecimento, no aprofundamento das pesquisas e no debate crítico em torno da questão social, fator que envolve as desigualdades sociais e como as soluções apontadas pelo corpo de pesquisadores – professores, mestrandos, doutorandos – têm contribuído para equacionar os problemas sociais identificados nos estudos. A questão social surge como categoria de análise potencial, tendo em vista se tratar de elemento nuclear quando se avança nas motivações acerca das clivagens sociais, orbitando as demais categorias, objeto do estudo, como os Direitos Sociais e as Tecnologias Sociais. Em termos metodológicos, tem-se que este estudo é constituído por uma análise teórico-reflexiva e está ancorado em pesquisas e estudos publicados, os quais constituem, como técnica de pesquisa, em levantamento bibliográfico espontâneo, de seleção aleatória, com o fito de sustentar as assertivas quando ao papel das Tecnologias Sociais voltadas para a solução dos problemas gerados pelas desigualdades sociais. Conclui-se que as universidades já desempenham um papel relevante na formulação de soluções para a questão social através das Tecnologias Sociais. Propugna-se que grupos de pesquisas e de estudos em nível *Stricto Sensu* sejam intensificados com o propósito de entregar à sociedade soluções efetivas que consigam desconstruir as desigualdades sociais.

Palavras-chave: Desigualdades Sociais; Questão Social; Universidades; Tecnologias Sociais; Direitos Sociais.

THE SOCIAL QUESTION AND SOCIAL TECHNOLOGIES: WHAT CAN ACADEMIA OFFER TO SOCIETY?

Abstract

This study aims to broaden discussions on the role that academia plays in the production of knowledge, in deepening research, and in critical debate surrounding the social question, a factor that involves social inequalities and how the solutions proposed by the body of researchers – professors, master's students, doctoral students – have contributed to addressing the social problems identified in the studies. The social question emerges as a potential category of analysis, given that it is a core element when advancing in the motivations

¹Doutorado em Educação (UFRJ). Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP). Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: jairoguimaraes@ufpi.edu.br



regarding social cleavages, orbiting the other categories, the object of study, such as Social Rights and Social Technologies. Methodologically, this study consists of a theoretical-reflective analysis grounded in published research and studies—utilizing a spontaneous, randomly selected bibliographic survey as its research technique—aimed at substantiating assertions regarding the role of Social Technologies in addressing problems stemming from social inequalities. It concludes that universities already play a relevant role in formulating solutions to the social question through Social Technologies. It is advocated that research and study groups at the *Stricto Sensu* level be intensified in order to deliver effective solutions to society that can deconstruct social inequalities.

Keywords: Social Inequalities; Social Issues; Universities; Social Technologies; Social Rights.

LA CUESTIÓN SOCIAL Y LAS TECNOLOGÍAS SOCIALES: ¿QUÉ PUEDE APORTAR LA ACADEMIA A LA SOCIEDAD?

Resumen

Este estudio busca ampliar el debate sobre el papel de la academia en la producción de conocimiento, la profundización de la investigación y el debate crítico en torno a la cuestión social, un factor que implica desigualdades sociales, y cómo las soluciones propuestas por el conjunto de investigadores (profesores, estudiantes de maestría y doctorado) han contribuido a abordar los problemas sociales identificados en los estudios. La cuestión social emerge como una categoría potencial de análisis, dado que es un elemento central para avanzar en las motivaciones relacionadas con las divisiones sociales, en torno a otras categorías, objeto de estudio, como los Derechos Sociales y las Tecnologías Sociales. En términos metodológicos, este estudio consiste en un análisis teórico-reflexivo y se fundamenta en investigaciones y estudios publicados — que constituyen, como técnica de investigación, un relevamiento bibliográfico espontáneo y de selección aleatoria— con el fin de sustentar las afirmaciones sobre el papel de las tecnologías sociales orientadas a la solución de los problemas generados por las desigualdades sociales. Se concluye que las universidades ya desempeñan un papel relevante en la formulación de soluciones a la cuestión social a través de las Tecnologías Sociales. Se aboga por la intensificación de los grupos de investigación y estudio en sentido estricto para ofrecer soluciones efectivas a la sociedad que puedan deconstruir las desigualdades sociales.

Palabras clave: Desigualdades sociales; Cuestiones sociales; Universidades; Tecnologías sociales; Derechos sociales.

1. Introdução



A proposta deste estudo¹ é contribuir para uma análise mais ampliada sobre o papel da academia enquanto espaço e meio de promoção, de aprofundamento das análises e de produção de conhecimento. Para tanto, busca-se conhecer e compreender que ciência está sendo desenvolvida no ambiente universitário, especialmente nas Instituições Federais de Ensino Superior, no que tange à questão social e a implementação de Tecnologias Sociais capazes de mitigar, reduzir ou eliminar as desigualdades sociais, tão evidenciadas em todo o país.

O estudo tem como pauta central, portanto, estabelecer uma postura crítica envolvendo a pobreza e a desigualdade social, um dos temas mais caros na atualidade, em virtude do seu percurso histórico (Comin, 2015) na formação da sociedade brasileira (Carvalho, 2024), abrangendo não apenas os aspectos relacionados ao extrato social no qual estão os indivíduos alocados, mas também no que remete à vinculação da questão social aos artefatos interseccionais – etnia, gênero, raça, religião, etc. – os quais demarcam os espaços de poder, de reivindicação, de redução dos direitos e de exclusão social (Crenshaw, 2002; Abreu, 2021), implicando, desta forma, na potencialização das desigualdades sociais, estas marcadas pela conformação do sistema capitalista e do modelo neoliberal (França, 2021), os quais removem montanhas condicionado à inalteração do *status quo*. Uma proposta decente é, portanto, que a realidade dos mais vulneráveis migre do *Welfare State* para o *Social Welfare*, como pontua Stein (2018). Com efeito, a pergunta que orienta a presente pesquisa é: Que encaminhamentos estão realizando as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com vistas a equacionar os problemas sociais identificados, utilizando-se, para tanto, das Tecnologias Sociais?

O presente estudo está dividido, além deste capítulo introdutório, em outros dois capítulos, sendo eles o Referencial Teórico e as Considerações Finais. O capítulo destinado ao Referencial Teórico está estruturado em quatro seções, as quais trazem, para o contexto da composição crítico-reflexiva do ensaio, as seguintes categorias de análise: Desigualdades Sociais como primeira seção; Questão Social, correspondendo à segunda seção do capítulo; Direitos e Políticas Sociais na terceira seção e, por fim, a seção que debate as Tecnologias Sociais.

2 Referencial Teórico

2.1 Desigualdades sociais

A relação que há entre a atuação do assistente social e a realidade que expressa a pobreza e a desigualdade social externaliza o importante papel que o Serviço Social desempenha na sistemática busca de encaminhamentos que, minimamente, mitiguem as fissuras sociais que há muito prevalecem no tecido societário brasileiro. No que remete à produção do conhecimento, esta

¹ O presente artigo é financiado por meio da Chamada Pública 09/2023, Termo de Outorga vinculado ao processo nº 307557/2023-5, modalidade Bolsa de Produtividade Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), período 2024-2027, a quem o autor agradece o apoio institucional. Trata-se de estudo parcial, decorrente de Projeto de Pesquisa com vigência de 36 (trinta e seis) meses.



constatação se expressa tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação, sempre na busca de compreensões e vivências que impulsionem encaminhamentos visando à redução das assimetrias sociais. Prova disso é o estudo elaborado por Pinheiro, Senna e Lara (2024), que buscou desvelar os desafios, os avanços e as perspectivas futuras no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social no que concerne à formação do espírito científico e no entendimento acerca da profissão do(a) Assistente Social. Nestes termos, os autores evidenciam que:

A pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social tem seguido uma trajetória de avanços quantitativos e qualitativos, contribuindo para a formação qualificada de docentes, pesquisadores e profissionais e para a produção de conhecimentos sobre temáticas relacionadas à questão social em suas múltiplas expressões e determinações, à realidade brasileira, às políticas sociais e ao trabalho profissional, além do desenvolvimento de ações extensionistas e de cooperação técnico-científica junto a movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições governamentais e de pesquisa nacionais e internacionais (Pinheiro; Senna; Lara, 2024, p. 22).

Meirelles (2015, p. 65) defende uma tese, em seu estudo, que vincula a situação de pobreza às determinações da escalada capitalista. Para a autora:

[...] os processos de acirramento da desigualdade social e de pauperização da população latino-americana e brasileira vem sendo escamoteados pela desconsideração da pobreza relativa enquanto critério necessário para a compreensão ampliada das relações sociais de produção capitalistas (Meirelles, 2015, p. 65).

Ora, pensa Miguel (2022, p. 33), as duas funções do Estado capitalista – como é o brasileiro – “[...] é garantir a continuidade da acumulação e prover legitimidade para a dominação. A produção da legitimidade passa por políticas sociais diversas, que custam dinheiro, a ser obtido pelos impostos”, ou seja, para suprir, mesmo que parcialmente, as reivindicações dos coletivos frágeis, é fundamental que o capital se perpetue e, neste particular, a democracia se torna insuficiente, porque o Estado se desloca da condição de provedor para a submissão ao modelo neoliberalizante que, para Brown (2019), vem a ser:

[...] um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para investidores estrangeiros (Brown, 2019, p. 26).

Desenvolvendo um pensamento a partir das inquietações provocadas pela questão social, constructo central do presente estudo, Telles (1996) faz uma estruturada cartografia social, na qual elenca os principais dilemas que potencializam os problemas histórico-sociais que perturbam e interceptam a realidade das sociedades mais fragilizadas, impondo o recrudescimento das desigualdades sociais. Para a autora:

Discutir a questão social significa um modo de se problematizar alguns dos dilemas cruciais do cenário contemporâneo: a crise dos modelos conhecidos de *welfare state* (que nunca se realizou, é bom lembrar), que reabre o problema da justiça social, redefine o papel do Estado e o sentido mesmo da responsabilidade pública; as novas clivagens e diferenciações produzidas pela reestruturação produtiva e que desafiam a agenda clássica de universalização de direitos; o esgotamento do chamado modo fordista de regulação do mercado de trabalho e que, nas figuras atuais do desemprego e trabalho precário, indica uma redefinição do lugar do trabalho (não a perda de sua centralidade, como se diz correntemente) na dinâmica societária, afetando sociabilidades, identidades, modos de existência e também formas de representação (Telles, 1996, p. 85).

Neste sentido, Miguel (2022) aprofunda a abordagem crítico-reflexiva sobre as desigualdades sociais quando traz, para o bojo da sua análise, a democracia, a qual é fundamental para a trajetória incólume do *status quo* capitalista, isto é, o regime democrático, nas bases atuais, não fornece as condições necessárias para a equalização dos desequilíbrios, fortalecendo, assim, os impasses sociais, conforme acentua Guimarães (2024). Na visão de Miguel (2022), [...] o capitalismo brasileiro é incapaz ou desinteressado de encontrar meios de garantir sua competitividade que não passem pela superexploração da mão de obra, portanto depende da permanência de uma vulnerabilidade social extrema” (Miguel, 2022, p. 15).

O que Miguel (2022) aponta é que as pessoas hoje apenas escolhem os governantes, mas não governam e, sob este cenário, as decisões sobre as políticas públicas necessárias para desfazer as assimetrias sociais se torna uma deliberação discricionária do gestor público e dos grupos organizados. Para Carapinheiro (2011), no que remete aos grupos mais vulneráveis, é factual que:

[...] as sociedades de risco forjam-se a partir da precarização dos arranjos institucionais da existência humana, nomeadamente da crescente dependência das instituições públicas que os indivíduos experimentam perante a crescente fragilização das famílias e das redes de parentesco no fornecimento de apoio e solidariedade sociais e a partir da democratização dos impactos das situações de risco (Carapinheiro, 2011, p. 199).

Desta forma, especialmente em ambientes políticos com forte viés ideológico, conforme destaca Guimarães (2023), as desigualdades sociais se tonificam e se tornam tema secundário, porque implicam na exposição das fragilidades político-gerenciais dos gestores plantonistas, que não conseguem suprir as demandas originárias. Para Guimarães (2023), na linha de como tematiza Miguel (2022) na relação entre democracia e desigualdades sociais:

A democracia acompanha, *pari passu*, as desigualdades sociais na medida em que os anseios dos grupos fragilizados são postos à margem das ações políticas que deveriam priorizar as demandas. A democracia nem sempre representa um sistema que acolhe os mais frágeis e os protege socialmente, garantindo pauta política e suporte aos que melhor se organizam (Guimarães, 2023, p. 357).

Ainda sobre a desigualdade social, importa mencionar o que pensam Giovanni e Nogueira (2018), para quem:

A desigualdade social dá os contornos da estrutura social brasileira e tem impacto sobre questões tão relevantes quanto o destino da democracia e a garantia de justiça social; remetendo, em última instância, à solução de problemas tão dramáticos como a violência, a pobreza e a segregação (Giovanni; Nogueira, 2018, p. 446).

O fato é que na relação constituída entre a lógica econômica e a coesão social (Castel; Wanderley; Belfiore-Wanderley, 2000), panorama da atualidade brasileira, a ruptura desta relação implica na emergência da exclusão, pauperizando a vida e os sonhos das pessoas. As desigualdades, assim, vão se naturalizando ao longo dos tempos. A próxima seção discutirá, de forma eclética, o entendimento que há por trás da questão social, e quais ramificações este constructo dispõe a jusante e a montante no que remete às variáveis capitalistas da atualidade.

2.2 A questão social no núcleo do debate sobre as desigualdades sociais

O entendimento sobre a expressão “questão social” consigna um leque de possibilidades, exatamente em razão da sua abrangência, alcance, verticalidade e caráter polissêmico. Embora alguns conceitos sejam apresentados em seguida, permitindo que o leitor se aproprie de vários quadrantes conceituais e se alinhe àquele que melhor se aproxime das suas convicções, aqui se defende que a questão social está diretamente subordinada às condições das vidas modernas, subjugadas pelos domínios do capital, em que a coesão social se dilui nas relações conformadas entre capital e trabalho. Há, porém, um ponto a ser destacado: na visão de Gonçalves (2018), a questão social advém das assimetrias raciais que embasaram a formação da sociedade brasileira e, neste particular, é razoável se admitir que o “código racista”

potencializou as desigualdades – sociais, políticas, econômicas, culturais – exigindo uma análise mais apurada das expressões da questão social, a partir da sua trajetória histórica.

Como afirma Wanderley (Castel; Wanderley; Belfiore-Wanderley, 2000, p. 51), a questão social tem imbricações históricas, relacionando-se com a “[...] colonização, lutas pela independência, modos de produção, formas de dependência, planos de desenvolvimento, tipos de Estado, política sociais, etc.”. Com esta posição, firma-se, aqui, a defesa de que a questão social se caracteriza como categoria de análise, mesmo que em seu aspecto abstrato, embora Santos (2012) caminhe em sentido adverso. Nesta perspectiva, Carvalho e Teixeira (2017) afirmam que:

A questão social constitui-se em fenômeno complexo, tanto de difícil conceituação, devido o grande número de desdobramentos, como de percepção, uma vez que envolve questões subjetivas e o processo de reflexão sobre a relação Capital/Trabalho com o mundo moderno (Carvalho; Teixeira, 2017, p. 18).

Por outro lado, Meirelles (2015) afirma que se trata de um termo multifacetado, isto é, possui não um vetor, mas vários segmentos conceituais e explicativos, cujos efeitos, do ponto de vista sociológico e ontológico, parece convergir para uma depuração filosófica plena, em que os fundamentos justificadores avaliam o ser humano a partir de suas especificidades, realidade e forma de existência. Para além dos aspectos subjetivos envolvidos, a questão social possui fios que a entrelaça ao modelo de produção do capital tardio (Castel; Wanderley; Belfiore-Wanderley, 2000). Iamamoto (2010) esclarece a questão social, tomando como pano de fundo o papel da Assistência Social, afirmando que ela “[...] é alçada à condição de política pública de caráter não contributivo, dever do Estado e direito do cidadão” (Iamamoto, 2010, p. 263).

Esta concepção, pormenorizada por Lukács (2018), remete à discussão para um território em que o ser humano se encontra, mesmo que sob uma posição coletiva, a um patamar de abandono, para a ausência de pertencimento e de identidade, fragilizados pelas condições subumanas, pauperizadas também pela insensibilidade do Estado que deveria assumir o protagonismo de provedor de uma sociedade em permanente risco (Beck, 2011), e não apenas de regulador de um mercado cada vez mais marcado pela intransigência social. Em trecho extraído do livro *A Miséria do Mundo* (Bourdieu, 2012, p. 367) é possível compreender a decepção e o desespero das pessoas na busca de alguma atividade formal, cuja questão social é latente no cenário brasileiro. Segundo o relato de um ex-sindicalista, “O desemprego nos divide e faz aparecer tudo o que há de pior em nós: o individualismo, o ciúme, a inveja; o trabalho nos une, a fraternidade, a solidariedade...”. Posto isto, Meirelles (2015) é categórica, ao externar a seguinte mensagem:

As expressões da “questão social” são determinadas pela exploração capital/ trabalho, pela estrutura de classes e pela

concentração de renda e propriedade que configuram o processo evolutivo do modo de produção capitalista. Ou seja, sendo a “questão social” um conceito multifacetado, desdobra-se em variadas expressões decorrentes da propriedade privada dos meios fundamentais de produção, estruturada e ao mesmo tempo estruturante de relações de classe em contradição (Meirelles, 2016, p. 66).

No estudo de Carvalho e Macedo (2017), a questão social é discutida a partir da constatação de problemas sociais, os quais implicam em adoção de políticas públicas voltadas para o equacionamento destes problemas. Então, a questão social, em que pese a sua interpretação ampliada, tem como ponto de partida a identificação de um descompasso social – específico ou coletivo – que proporciona prejuízos e danos sociais reconhecidos e que, portanto, demandam a resposta do Estado à realidade posta. Nestes termos, Carvalho e Macedo (2017) assentam que:

Na concepção da maioria dos autores de tradição marxista a questão social é compreendida a partir do processo de industrialização capitalista, tendo em vista a desigualdade social resultante do processo de acumulação e reprodução ampliada do capital através da exploração nas relações de trabalho e a reação da classe trabalhadora a essa condição (Carvalho; Macedo, 2017, p. 47).

Seguindo nesta análise sobre alguns pontos de vista conceituais sobre o que vem a ser a questão social, convém se apropriar da ideia apresentada por Telles (1996), para quem a questão social representa:

[...] a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação (Telles, 1996, p. 85).

Adicionalmente, Santos (2012, p. 17) vincula a questão social ao modo de produção capitalista, rechaçando qualquer perspectiva que a aproxime às “[...] mudanças nas formas de ‘solidariedade’ ou ‘coesão social’”. Visando a contribuir para uma maior compreensão sobre a ideia da questão social, no Quadro 1 são elencadas algumas propostas conceituais.

Quadro 1 – Propostas para a compreensão da questão social



Conceito	Autor(a)
"Tem como fundamento o reconhecimento de um conjunto de novos problemas vinculados às modernas condições de trabalho urbano".	Stein, 2018, p. 134.
"[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade".	Iamamoto, 2020, p. 34.
"É evidente , por exemplo, que a pobreza – muitas vezes tomada como expressão máxima da "questão social" – somente pode ser entendida quando considerada a partir da incapacidade de reprodução social autônoma dos sujeitos que, na sociedade capitalista remete, de modo central, à questão do desemprego".	Santos, 2012, p. 134.
"[...] se asume que esta [cuestión social] connota tanto una dimensión estructural, referente a las desigualdades derivadas de la posesión de los medios de producción por parte de clases sociales antagónicas, como una dimensión coyuntural, relacionada con los procesos socio histórico concretos en los que se observan distintas manifestaciones, en términos de problemas sociales".	Barraza, 2014, p. 89.
"O aprofundamento da questão social e a intensa precarização das condições de vida são consequências do momento econômico, político e institucional, num cenário de globalização, com a intensificação das desigualdades interna e externa entre as nações".	Silveira, 2017, p. 490.
"Hablar de cuestión social supone referirse al momento en que lo social se torna una entidad pasible de ser pensada, lo cual, en definitiva, significa la posibilidad de desnaturalización de la sociedad o, en otras palabras, que la sociedad pueda ser vista como algo distinto de la naturaleza".	Bentura, 2012, p. 269.
"[...] actualmente estamos ante una nueva cuestión social, derivada de una crisis, que más allá de los problemas financieros y de gestión, implica una revisión profunda de los principios organizadores del Estado contemporáneo en la atención de lo social, los cuales se basaban en los principios de la solidaridad y en los derechos sociales".	Barraza, 2014, p. 90.
"We believe that this political-ideological movement affects governmental responses to the "multiple expressions of the social question" (Iamamoto; Carvalho,1983, p. 77), such as unemployment, precarious work, poverty, housing difficulties, gender violence, mental health, homelessness, dependency and health crises, among others" ¹ .	Miquel; Carrara; Blanco, 2024, p. 3.
"Por 'questão social', no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a 'questão social' está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho".	Cerqueira Filho (1982), apud Netto 2011, p. 17.
"[...] una expresión de las desigualdades sociales producidas y reproducidas en el capitalismo y que se manifiesta en las condiciones objetivas y subjetivas de vida de la población más pauperizada".	Ghiraldelli, 2024, p. 81.
Continuação...	

¹ "Acreditamos que esse movimento político-ideológico repercute nas respostas governamentais às "múltiplas expressões da questão social" (Iamamoto; Carvalho,1983, p. 77), como desemprego, precarização do trabalho, pobreza, dificuldades de moradia, violência de gênero, saúde mental, falta de moradia, dependência e crises sanitárias, entre outras" (Livre tradução do autor).



"A 'questão social' é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Ela é um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se chama uma nação) de existir como um conjunto ligado por relações de interdependência".	Castel (1995) apud Wanderley (2000, p. 55).
"[...] as manifestações imediatas da 'questão social' (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo ante conjunturas econômicas adversas etc.) são vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social [...]".	Netto, 2011, p. 155.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Diante de um cenário em que a questão social é debatida e, em seu bojo, há um tensionamento explícito quanto à incompletude e à insuficiência das soluções sugeridas, busca-se, no âmbito da Assistência Social, a fixação de políticas sociais que assegurem, minimamente, os direitos preconizados na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). É sobre este ponto que a próxima seção se debruçará.

2.3 Direitos e políticas sociais: breves apontamentos

Esta seção tematiza um dos principais elementos que fortalecem a profissão do assistente social, especialmente em razão da atual conjuntura capitalista e à emergência do Estado burguês: trata-se das políticas sociais, necessárias para a redução das desigualdades socioeconômicas e fundamental para a manutenção e para a ampliação dos direitos sociais. Por outro lado, sob a aura neoliberal, os desafios de garantia dos direitos sociais se tornam amplificadas. Conforme Brown (2019, p. 10), o neoliberalismo é constituído por alguns pilares: "[...] favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade [...]". Tal sistema representa o peso extra que desequilibra as relações entre Estado e sociedade, registrando os prejuízos para a parcela mais frágil nesta composição.

Tomando a questão social como ponte que leva as desigualdades sociais até a necessidade da promoção de Tecnologias Sociais com vistas a sanar as rachaduras presentes no contexto societário brasileiro, a defesa de políticas sociais se torna imperiosa para evitar a banalização dos direitos adquiridos e coibir a supremacia do sistema mercadológico, que tem imposto regramentos extremamente difíceis para as categorias sociais vulneráveis. Estes grupos sequer conseguem exercer a cidadania, porque lhes faltam as condições básicas de sobrevivência. Nos termos de Telles (1996), tem-se que:

Nesses tempos em que um determinismo econômico e tecnológico está mais do que nunca revigorado, ganhando espaço até mesmo entre os analistas mais críticos, seria preciso se desvencilhar do

fetichismo dos modelos e reativar o sentido político corporificado em armaduras institucionais nas quais se estabeleceram as mediações entre o mundo do trabalho e a cidadania (Telles, 1996, p. 85).

Por outro lado, e desta vez de forma positiva, Ribeiro e Miranda (2019) desenvolveram estudos que conferiram aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), cujas ações são desenvolvidas pelos assistentes sociais, um papel importante no acesso das pessoas aos serviços públicos. Os autores concluíram que o CRAS,

[...] difunde informações às quais famílias em situação de vulnerabilidade não conseguem ter acesso por meio de suas relações sociais. Em contextos em que há carência de capital social e desconhecimento sobre as políticas públicas, o CRAS tem contribuído para circular informações e atua como mediador entre as famílias e os serviços públicos que podem amenizar a situação de vulnerabilidade (Ribeiro; Miranda, 2019, p. 79).

Tal realidade reflete no significativo papel que a Assistência Social desempenha na formação de uma rede de solidariedade capaz de garantir e fazer valer os direitos das pessoas vulneráveis. Todavia, é imperioso registrar, que o fundo público destinado à área social nem sempre atende satisfatoriamente às recorrentes e às crescentes demandas da sociedade. No Piauí, por exemplo, em estudo realizado no período de 2016 a 2020, constatou-se a redução de verbas públicas para o suprimento das carências locais, conforme comprovam estudos de Moura et al. (2024).

Vale destacar que, em incontáveis situações, os direitos sociais são assegurados – ou não eliminados – via políticas públicas a partir de movimentos sociais que provocam a reação do Estado, iniciativas estas que, ausentes, tendem a perpetuar o pauperismo que grassa na sociedade brasileira. Estudos como o de Carlos, Dowbor e Albuquerque (2021) debatem esta questão considerando os efeitos que os movimentos sociais promovem no sentido da definição de uma agenda política aspirando à interlocução de arranjos que permitam avançar no atendimento das demandas societárias. Em análise sistematizada, Machado (2019) esboça as complexificações para que a população em situação de rua – e a questão social do problema decorrente – busquem direitos para amputar as desigualdades para esta categoria. Para o autor:

A Questão Social aparece para o indivíduo em forma de pobreza, desigualdade social e exclusão social, debilitando suas estruturas, rompendo seus vínculos familiares e o debilitando de forma a levá-lo ao risco social, seja por dependência de drogas, situação de rua, ou até envolvimento com a criminalidade. As alternativas à uma solução concreta e significativa para o enfrentamento da Questão Social existente na população em situação de rua ainda é um

desafio. Entretanto, o cerne desta problemática está na luta por políticas públicas eficazes, de olhar macroestrutural, preocupadas com a mudança da ordem societária atual (Machado, 2019, p. 52).

A próxima seção, a última do capítulo teórico-reflexivo, discute em que medida as Tecnologias Sociais produzidas e pensadas no ambiente acadêmico – universidades – podem fomentar e promover a mitigação das desigualdades sociais a partir da criação, elaboração e implementação de ações programáticas e pragmáticas absorvidas ou não pela gestão pública.

2.4 As tecnologias sociais como instrumento para mitigação dos problemas sociais

Quaisquer produtos, métodos, modelos e técnicas que reúnam configurações em um contexto prático, visando à solução de problemas sociais comprovadamente recorrentes, podem ser utilizados para mitigar ou abolir a fissura social identificada. Ao conjunto destas ações ou artefatos de intervenção dá-se a denominação de Tecnologia Social. Conforme pontua Thomas (2009, p. 27), entende-se como Tecnologia Social “[...] uma forma de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável”. Na ótica de Nascimento, Benini e Petean (2021, p. 72), “Tecnologia Social objetiva a inclusão social por meio de produtos, processos, técnicas ou metodologias, pensadas a partir da necessidade dos usuários”, ou seja, trata-se de um processo tecnológico voltado para a solução de problemas sociais, compreendendo tecnologia “[...] em sentido amplo, incluindo ferramentas, métodos e arranjos organizacionais” (Souza; Pozzebon, 2020, p. 232).

Tendo em vista que o debate envolvendo as Tecnologias Sociais tem avançado sistematicamente, especialmente no âmbito das Instituições de Ensino Superior – nas dimensões ensino, pesquisa e extensão – percebe-se, por outro lado, conforme atestam Rollemberg e Farias (2021, p. 1), que “[...] ainda são poucos os projetos desse tipo produzidos nesses contextos e há carência na formação voltada para o desenvolvimento prático desse tipo de intervenção em comunidades brasileiras, o que dificulta sua viabilização [...]”.

Revisão sistemática da literatura realizada por Matos et al. (2021), da Colômbia, exploraram a quantidade de estudos que foram desenvolvidos em relação à inovação social até 2018, cujo propósito primeiro foi a busca de soluções para os problemas iminentes. Outra pesquisa conduzida por pesquisadoras da Universidade Federal de Mato Grosso foca na inovação social como instrumento de afirmação de soluções visando à equalização das fraturas sociais. Conforme apontado na pesquisa, as:

[...] Instituições de Ensino Superior desempenham um papel central, utilizando estratégias de envolvimento público por meio de projetos, programas, cursos e *workshops*. Entre os desafios enfrentados na transferência de conhecimento para promover a inovação social, estão a cultura universitária, as dificuldades de engajamento dos atores sociais, a estrutura burocrática e a mensuração do valor social. No entanto, os impactos positivos são diversos, incluindo a geração de valor social e econômico, por exemplo, a geração de renda e de empregos e a lucratividade nos negócios (Pantaleão; Zambra, 2025, p. 23).

Estudo de campo conduzido por Riss et al. (2024, p. 2) com comunidades ribeirinhas do Estado de Roraima, por meio das Tecnologias Sociais, concluiu que "As análises estatísticas revelaram que o coagulante natural à base de cacto é uma eficiente tecnologia social para o tratamento de águas subterrâneas e superficiais". Costa, Moreno e Feitoza (2023, p. 1), por sua vez, desenvolveram estudos no campo "[...] das Tecnologias Sociais tendo como base empírica à tecnologia financeira do Agroamigo, isso como estratégia na oferta de serviços financeiros destinado aos agricultores familiares mais pobres do Nordeste". Também apoiado nas Tecnologias Sociais, o estudo de Menezes et al. (2002, p. 41) buscou analisar "[...] de que maneira produtores e produtoras agroecológicos na Paraíba tem incorporado Tecnologia Social (TS) em seus sistemas e de que modo a TS relacionada às práticas sustentáveis têm influenciado os sistemas agrários e o meio rural paraibano [...]".

Resta evidenciado que as universidades desempenham um papel relevante no que remete à produção do conhecimento e na difusão de novos horizontes em termos de pesquisa (Silva et al., 2020), especialmente aos estudos que detêm um caráter social cujas práticas, medidas e ações revelam a preocupação com a solução das questões locais, regionais e, muitas vezes, nacionais, como foi o caso da vacina produzida no Brasil no período da pandemia, destacando as evidências científicas na busca da solução de um problema de repercussão geral (Maciel et al., 2022).

Outro exemplo de intervenção conduzida por pesquisadores da Universidade Federal de Tocantins (UFT) pode ser conferida no estudo de Paiva e Milagres (2024), os quais utilizaram o Design Thinking (DT) e uma conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na busca por soluções à luz da ODS 6 (Água Potável e Saneamento), utilizando métodos de intervenção sociotécnica para desenvolver soluções inovadoras localmente, especificamente na Praia da Graciosa, em Palmas. Para Silva et al. (2020), mesmo diante de concepções antagônicas no desenvolvimento das estratégias de ensino-pesquisa-extensão no ambiente acadêmico – algo natural em um espaço permeado por pluralidade e pelo indefectível pensamento crítico difuso – é oportuno pontuar que:

[...] torna-se necessário analisar as concepções e os projetos que ratificam o compromisso social da universidade mediante práticas

de integração ensino-serviço-comunidade como eixo de apoio do modelo de reorientação formadora que se materializa no seu espaço e tempo (Silva et al., 2020, p. 3).

Fagundes (1985), por outro lado, defende o papel da universidade quanto à dimensão extensão – cuja denominação que concebe é compromisso social –, explicitando que as instituições precisam repensar o ideário de atendimento às comunidades com um viés mais pragmático, com intervenção direta e assertiva na busca da mitigação das carências sociais, principalmente dos grupos marginalizados na sociedade. É oportuno resgatar a ideia de Dowbor (2013, p. 14), para quem “[...] o mundo corporativo está gerando muito mais do que pobreza, está reduzindo a capacidade desta população de se apropriar de seu desenvolvimento”.

Com efeito, propugna-se que as Tecnologias Sociais, pensadas, elaboradas e aplicadas no ambiente acadêmico, podem contribuir para retirar determinadas comunidades do círculo de insegurança socioeconômica em que vivem, na atualidade, promovendo a inclusão social destes grupos marginalizados, deslocando-os da cidadania de 3ª classe, conforme sustenta Carvalho (2024, p 220), que “São a grande população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados, mendigos”. Tem-se, então, que a partir de um problema social identificado, emergem os mecanismos técnico-teórico-metodológicos a fim de sanar a questão social, com intervenção das universidades, operando formas, processos, produtos, serviços e soluções capazes de diluir a situação deletéria. A Figura 1 cristaliza a proposta defendida no presente trabalho.

Figura 1 – Processo de desconstrução das desigualdades sociais



Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

A intenção que sustenta o presente estudo é compreender e defender o papel das universidades – principalmente as públicas – no sentido de reconhecer em que contexto ela se insere quando se relaciona com a sociedade – cujos contribuintes assumem o ônus de sua criação e permanência – e em que medida as IES (Instituições de Ensino Superior) têm proporcionado, por meio dos grupos de pesquisas e de estudos finalizados em nível de Mestrado e Doutorado (*Stricto Sensu*), as respostas que, especialmente os grupos mais fragilizados e que se apoiam na Assistência Social para suprir as suas demandas mais latentes, anseiam e esperam.

Tomando a Figura 1 como referência, compreende-se que, a partir das desigualdades sociais, emerge uma questão social a ser estudada na busca de um equacionamento efetivo, com o fito de combater o desequilíbrio socioeconômico identificado. Neste aspecto, a academia (universidades, institutos federais) surgem como ponto de convergência entre a realidade e a pesquisa aplicada, a qual, por intermédio das Tecnologias Sociais (Maciel; Fernandes, 2011; Leibetseder, 2011; Moraes; Guimarães; Lopes, 2023; Guimarães, 2025; Guimarães, 2026), deve ser capaz de elencar os encaminhamentos necessários para promover a inclusão social e, assim, mitigar as desigualdades.

Estudos conduzidos por Iêdon, Cavalcante e França (2023), por exemplo, debatem a adoção de Políticas Públicas para a garantia dos direitos humanos, sociais e cidadania para a população em situação de rua no Brasil.

Em recente estudo, Guimarães (2025) estabelece conexões diretas entre a Questão Social, as IES – como *lócus* privilegiado para o desenvolvimento de extensão e de pesquisa visando à formulação de políticas públicas –, as Tecnologias Sociais, denominadas pelo autor de ferramentas apropriadas para a viabilização da ideação teórico-prática gerada na academia, e o Estado que, por meio da gestão pública, implementa as ações que devem ter no seu cerne a proposta de mitigação dos problemas sociais ou de sua elucidação definitiva.

Nestes termos, reconhece-se que, por meio de investimentos maciços em pesquisa e em extensão, no espaço acadêmico, é possível e é factível que as IES promovam estudos aplicados que tenham convergência com os anseios de grupos em desvantagem, sempre na busca da resolutividade das desigualdades sociais que permeiam e dão feição à sociedade não apenas brasileira, mas sob todo o contexto da América Latina.

Portanto, a pergunta que compõe o título da presente pesquisa [o que a academia pode entregar à sociedade?] é respondida por meio das ações de pesquisa e de extensão que pautam a missão das IES e que apresentam, como ponto central, o suporte institucional – projetos, programas, financiamentos, estruturas etc., a fim de que a missão social das IFES seja desenvolvida em toda a sua plenitude e eficaz em responder, por meio das Tecnologias Sociais, aos anseios das sociedades mais fragilizadas.

3. Considerações finais

O objetivo do presente estudo foi ampliar as discussões sobre o papel das universidades no que concerne à produção de conhecimento e de ciência voltados para a solução dos problemas sociais mais urgentes. Para tanto, trouxe uma abordagem centrada na questão social como elemento nuclear de um contexto ainda mais complexo e de difícil caminho, tendo como ponto de partida que as desigualdades sociais permeiam o cenário brasileiro atual, o qual potencializa a ausência do Estado-provedor em incontáveis situações de desconforto social.



Neste aspecto, foi possível desenvolver uma análise na qual, conforme propõe a Figura 1, a inclusão social pode ser efetivada, concretamente, por meio das Tecnologias Sociais, cujos espaços privilegiados para a sua idealização e testagem são as universidades públicas. Assim, como o título sugere, busca-se compreender o que a academia pode entregar à sociedade em termos de soluções sociais, diante dos problemas mapeados, com destaque para os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e em Políticas Públicas, destacadamente os dois que mais têm intensificado ações voltadas para a produção de encaminhamentos apontando, aos gestores públicos, meios factíveis para equacionar a questão social da contemporaneidade.

Importa mencionar que o artigo mobilizou uma síntese do paradigma dialógico-comunicativo, cujo sentido se pauta pela interlocução entre as Instituições de Ensino Superior Públicas e a sociedade, muito marcada pela expressão da questão social e todos os seus desdobramentos fáticos, e subordinada aos regramentos neoliberais de um Estado que sufoca o respiro remanescente. Os argumentos aqui apontados, não obstante a contrafactualidade conceitual que pode suscitar – como parte legítima de qualquer reflexão crítica que o tema promova – é que as IFES têm papel central na condução de análises, críticas, estudos, métodos e produtos que possam, por meio das Tecnologias Sociais, ampliar o alcance das políticas públicas, buscando a aproximação entre a inclusão social, cidadania e a justiça social.

Nestes termos, propugna-se que grupos de pesquisas sejam criados e estudos em nível *Stricto Sensu* sejam intensificados com o propósito de entregar à sociedade soluções efetivas que consigam mitigar as desigualdades sociais, permitindo que o exercício da cidadania seja, de fato, espelhado a partir da redução do sofrimento, principalmente aquele que os grupos em desvantagem enfrentam no seu cotidiano.

Convém pontuar que o presente estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto e as suas imbricações temáticas, também não oferecendo conclusões definitivas sobre os fios tecidos entre desigualdades sociais, questão social, direitos e políticas sociais e Tecnologias Sociais. Dito isto, estimula-se que novas reflexões e novos estudos busquem encaminhamentos capazes de fornecer alternativas exequíveis no permanente interesse em solucionar os problemas sociais que o Brasil historicamente tem enfrentado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Tanielle Cristina dos Anjos. Políticas públicas para a democratização das oportunidades: uma análise interseccional sobre as desigualdades no mercado de trabalho. In.: TEIXEIRA, Solange Maria; JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. **Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo**. Teresina: EDUFPI, 2021.

BARRAZA, Hannia Franceschi. Ambiente: ¿Nueva cuestión social para el Trabajo Social? **Revista de Ciencias Sociales**, Universidad de Costa Rica, n. 143, p. 89-100, 2014.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BENTURA, José Pablo. Cuestión social y Trabajo Social: un opaco vínculo familiar. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 268-276, jul./dez. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jul. 2024.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARAPINHEIRO, Graça. A globalização do risco social. In.: SANTOS, Boaventura Sousa. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. In.: TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Org.). **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

CARVALHO, Davi Magalhães; MACEDO, João Paulo Sales. Questão social e política de assistência social no Brasil: reflexões para atuação do psicólogo. In.: SILVA, Maria do Rosário de Fátima; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo; GUIMARÃES, Simone de Jesus (Org.). **Questão social e políticas públicas na atualidade**. Teresina: EDUFPI, 2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

CARVALHO, Poliana de Oliveira; TEIXEIRA, Solange Maria. Questão social e as tendências familistas da política de assistência social no Brasil. In.: SILVA, Maria do Rosário de Fátima; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo; GUIMARÃES, Simone de Jesus (Org.). **Questão social e políticas públicas na atualidade**. Teresina: EDUFPI, 2017.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. **Desigualdade e a Questão Social**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000.

COMIN, Álvaro Augusto. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In.: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias das desigualdades**: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

COSTA, José Eloizio; MORENO, Luis Manuel Costa; FEITOZA, Daniela Santos. Economia política das microfinanças rurais: a metodologia do Agroamigo como tecnologia social voltada ao agricultor familiar no Nordeste. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, Itajaí, v. 10, n. 2, p. 1-13, jul./dez., 2023. DOI: 10.14210/rbts.v10n2.p1-13

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 19-34. Acesso em: 06 out. 2026. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7hbdt/pdf/dagnino-9788578793272.pdf>.
DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FAGUNDES, José. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. Tese de doutorado. 180 f. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Departamento de Educação. Campinas, SP: UNICAMP, 1985. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/17938>. Acesso em: 02 maio 2025.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho. Ação do Estado na Assistência Social e a regressão de direitos em tempos de neoliberalismo e de conservadorismo. In.: TEIXEIRA, Solange Maria; JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. **Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo**. Teresina: EDUFPI, 2021.

GHIRALDELLI, Reginaldo. El Trabajo Social brasileño y sus formas de organización política. **Revista de Trabajo Social**, n. 100, p. 79-92, jun., 2024. DOI: <https://doi.org/10.7764/rts.100.30-38>

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez., 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>

GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. Democracia com desigualdades: sinais da vulnerabilidade social em ambientes politicamente ideologizados. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 354-374, jul./dez. 2023. DOI 10.34019/1980-8518.2023.v23.40649

GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. As tecnologias sociais sob os contornos de uma democracia insuficiente: quais políticas públicas esperar? In.: ENPESS, 17, 2024, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ENPESS, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02161.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2025.

GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. As tecnologias sociais forjadas na academia como ferramentas de desenvolvimento social: uma análise sob a perspectiva emancipatória. **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 25, p. 1-21, 2025. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.25.24150.012.

GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. O papel dos programas de pós-graduação em políticas públicas situados na Região Nordeste na reversão das desigualdades sociais por meio das tecnologias sociais. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, p. 1-31, 2026. DOI: 10.18764/2178-2229v33n1e27366.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In.: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

IÊDON, Ana Maria Cunha; CAVALCANTE, Loraine Maria da Rocha; FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho. Políticas Públicas para a população em situação de rua no Brasil. In.: FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho; COSTA, Teresa Cristina Moura (Org). **População em Situação de Rua e Questão Social no Brasil**: contribuições ao debate. Teresina: EDUFPI, 2023

LEIBETSEDER, Bettina. A CRITICAL REVIEW ON THE CONCEPT OF SOCIAL TECHNOLOGY. **Social Technologies**, v. 1, n. 1, p. 7-24, 2011.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do ser Social**. 2. ed. Vol. I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MACHADO, Ricardo William Guimarães. População em Situação de Rua e Questão Social no cenário brasileiro. **Revista Moitará**, v. 2, n. 4, p. 35-54, 2019.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 146-165, jan./mar. 2011.

MACIEL, Ethel; FERNANDEZ, Michelle; CALIFE, Karina; GARRETT, Denise; DOMINGUES, Carla; KERR, Ligia; DALCOLMO, Margareth. A campanha de vacinação contra o SARS-CoV-2 no Brasil e a invisibilidade das evidências científicas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 951-956, mar., 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022273.21822021

MATOS, Leydis Marcela Maestre; CABAS, Andrea Paola Páez; COY, Jahir Enrique Lombana; JURADO, Jaider Manuel Vega. Innovación social: un análisis bibliométrico del concepto y sus tendencias actuales. **Revista Universidad & Empresa**, v. 23, n. 41, p. 1-27, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/empresa/a.8964>

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal. Pauperização relativa, desigualdade social e a “questão social” contemporânea. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, p. 65-88, jan./jun. 2015.

MENEZES, Danilo Wilson Lemos; LOPES, Ely Ewerton Amorim; MIRANDA; Natália Marques de Almeida Lima; CRUZ, Denise Dias; SOUZA, Bartolomeu Israel. Tecnologia social e agroecologia na Paraíba. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, Itajaí, v. 9, n. 2, p. 41-56, jul./dez., 2022. DOI: 10.14210/rbts.v9n2.p41-56

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista**: impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MIQUEL, Joana Maria Mestre; CARRARA, Virgínia Alves; BLANCO, Fernanda Caro. Social Work: tension between assistentialism and rights. A study from the self-image of Social Workers. **Sociedade em Debate**, v. 30, n. 1, p. 1-19, jan./dez. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.47208/sd.v30i1.3384>

MORAIS, Fabrício Higo Monturil; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho; LOPES, Wilza Gomes Reis. Produção científica (2011-2021) sobre políticas públicas voltadas ao semiárido por meio de tecnologias sociais. **Revista AOS: Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 12, n. 2, p. 86-110, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/aos.v12i2.2701>

MOURA, Conceição de Maria dos Santos; SAIKI, Tatiana Maria Almeida; LACERDA, Thaíla Dália de Sousa; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. Capitalismo e a disputa do fundo público: análise do direcionamento dos gastos sociais no Piauí (2016-2020). **Revista Econômica do Nordeste**, [S. l.], v. 55, n. 1, p. 56-73, 2024. DOI: 10.61673/ren.2024.1456.

NASCIMENTO, Daniel Teotonio.; BENINI, Elcio Gustavo; PETEAN, Gustavo Henrique. Determinismo tecnológico e o mito da neutralidade: reflexões sobre os desafios na economia solidária e na tecnologia social brasileira. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, SP, v. 12, n. 2, p. 72-93, maio /ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v12i2.1163>

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, Gisele Barbosa; MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira. Criando soluções para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 “Água Potável e Saneamento” com *Design Thinking*: o caso da Praia da Graciosa em Palmas – Tocantins. **Revista Capim Dourado Diálogos em Extensão**, v. 7, n. 3, p. 449-478, set./dez., 2024. DOI:<http://doi.org/10.20873/creating>

PANTALEÃO, Elba de Oliveira; ZAMBRA, Elisandra Marisa. Inovação Social por meio da Transferência de Conhecimento: estratégias, desafios e impactos. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 18, n. 1, p. 23-38, jan./mar., 2025. DOI: <https://doi.org/10.9771/cp.v18i1.60571>

PINHEIRO, Hamida Assunção; SENNA, Mônica de Castro Maia; LARA, Ricardo. A pós-graduação stricto sensu brasileira na área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade. **Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, p. 22-35, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88445>

RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade; MIRANDA, Cinthia Barros dos Santos. Capital social e o acesso à proteção social. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 1, p. 79-91, jan./mar., 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v11i1.1570>

RISS, Jordana Souza Paula; FARIAS, Leovergildo Rodrigues; PEQUENO, Pedro Aurélio Costa Lima; VITAL, Marcos José Salgado. Social technology for water treatment in a riverine community in the lower Branco River Region, Roraima, extreme North of Brazil. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, Itajaí, v. 11, n. 1, p. 1-12, jan./jun., 2024. DOI: 10.14210/rbts.v11n1.p1-12

ROLLEMBERG, Graziella; FARIAS, Mário André Freitas. Mapeamento sistemático de tecnologias sociais no brasil: subsídio para formação docente no instituto federal de Sergipe. **EDUR – Educação em Revista**, v. 37, e233140, p. 1-30, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698233140>

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Hengrid Graciely Nascimento; OLIVEIRA, Brena Costa; SANTOS, Luís Eduardo Soares; CLARO, Maísa Lima. O papel social da Universidade mediante

integração ensino-serviço-comunidade no Brasil: revisão sistemática e metassíntese **Linhas Críticas**, v. 26, e31262, p. 1-20, 2020. DOI: 10.26512/lc.v26.2020.31262.

SILVEIRA, Jucimere Isolda. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 487-506, set./dez., 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.120>

SOUZA, Ana Clara Aparecida Alves; POZZEBON, Marlei. Práticas e mecanismos de uma tecnologia social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 93, p. 231-254, abr./jun., 2020. DOI 10.1590/1984-9270934

STEIN, Rosa Helena. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **SER Social**, Brasília, n. 6, p. 133-168, 2009. DOI: 10.26512/ser_social.v0i6.12853

TELLES, Vera da Silva. Questão social: afinal, do que se trata? **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 4, p. 85-95, out./dez., 1996.

THOMAS, Hernán E. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In.: OTTERLOO, Aldalice. **Tecnologias Sociais**: Caminhos para a sustentabilidade. Brasília/DF: Rede de Tecnologia Social, 2009.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In.: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2000.

Responsabilidade Editorial: Célia Regina de Carvalho.
Recebido em: 16 de julho de 2026.
Aceito em: 20 de outubro de 2026.
Publicado em: 27 de outubro de 2026.